



Documento Norteador da 8ª Conferência Municipal de Saúde

“DEMOCRATIZAR PARA TRANSFORMAR: EQUIDADE NO SUS E A VOZ DA POPULAÇÃO.”

A 8ª Conferência Municipal de Saúde da Serra/ES propõe uma reflexão fundamental: como fortalecer o SUS por meio da participação social e da promoção da equidade. O tema “Democratizar para Transformar: Equidade no SUS e a Voz da População” ressalta a importância de ampliar os espaços democráticos de escuta e decisão, reconhecendo que a construção de um sistema de saúde mais justo passa pelo envolvimento direto da sociedade.

A equidade, nesse contexto, significa garantir que todos tenham acesso às ações e serviços de saúde conforme suas necessidades, com foco na superação das desigualdades históricas e sociais. Transformar o SUS é, portanto, um compromisso coletivo que exige diálogo, corresponsabilidade e sensibilidade às realidades locais.

A conferência é, assim, um espaço estratégico para reafirmar o papel da população na formulação de políticas públicas e na defesa de um SUS universal, público e de qualidade.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado para garantir que todos os brasileiros tenham acesso à saúde. Ele é guiado por três princípios principais:

Universalidade – A saúde é um direito de todos. Isso significa que qualquer pessoa, em qualquer lugar do Brasil, pode usar o SUS, sem discriminação.

Equidade – Cada pessoa é atendida de acordo com suas necessidades. Quem mais precisa, recebe mais atenção. O objetivo é diminuir as desigualdades e promover justiça social.

Integralidade – O SUS cuida da saúde como um todo. Isso inclui prevenção, tratamento, reabilitação e promoção da saúde, considerando o ser humano em sua totalidade.

Esses princípios tornam o SUS um sistema único no mundo, voltado para cuidar das pessoas com respeito, dignidade e compromisso com a vida.



Eixos Temáticos:

I - Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde (acolhimento, consultas, atendimento de qualidade);

A Atenção Primária é a porta de entrada para os cuidados em saúde, sendo responsável pela resolução da maior parte dos agravos à saúde. Neste eixo é importante envolver ações que visem ampliar e qualificar o acesso aos serviços, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, considerando a promoção e o cuidado integral às pessoas nos diversos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso).

Serviços que compõem a atenção primária à saúde: unidades de saúde, consultório na rua, ambulatório trans, farmácia central.

II - Fortalecimento da Atenção Especializada à Saúde (atendimentos/exames especializados, atendimento de urgência);

A Atenção Especializada é composta por um conjunto de ações e serviços que visam atender aos principais problemas de saúde e agravos da população, cujo nível de complexidade da prática clínica demanda a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos de apoio diagnóstico e terapêutico.

Serviços que compõem a atenção especializada à saúde: centro de atenção psicossocial (CAPS), ambulatório municipal de especialidades (AMES), unidade de pronto atendimento (UPA), centro de especialidades odontológicas (CEO), centro de testagem e aconselhamento/serviço de assistência especializada (CTA/SAE), laboratório central, transporte sanitário, serviço de atenção às pessoas em situação de violência sexual (SASV), hospital municipal materno infantil (HMMIS).

III - Vigilância em Saúde: Epidemiológica, Ambiental, Sanitária e Saúde do Trabalhador (vacinas, prevenção e controle de doenças, atenção integral à pessoa trabalhadora)

Este eixo deve contemplar as discussões referentes à redução e prevenção de riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Fortalecer os mecanismos de desprecarização e valorização do trabalho na saúde, considerando a preservação dos direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores, assegurando ambientes de trabalho saudáveis e políticas e programas de formação profissional e educação permanente em saúde, ordenados para as necessidades do SUS.

IV - Gestão e inovação do SUS e Assistência Farmacêutica (controle social, agendamento online, telemedicina, investimento em infraestrutura tecnológica, acesso a medicamentos, mesa de negociação permanente do SUS)



Este eixo deve contemplar ações que possibilitem melhorar a capacidade de gestão municipal, qualificando-a para o uso racional e eficiente dos recursos. Ressalta-se o papel do município no fortalecimento da rede de atenção à saúde, tanto do ponto de vista de uma atenção especial às linhas de cuidado, aos diversos ciclos de vida assim como fluxos comunicacionais e relações estabelecidas nos mecanismos de coordenação do cuidado e orientação da rede a partir da atenção básica.

Aqui espera-se que, no nível municipal, seja discutida a regulação do trabalho em saúde, democratizando suas relações e garantindo espaços de negociação permanente entre trabalhadores e gestores da saúde.

Importante destacar aqui questões relacionadas à logística de provisão e distribuição de medicamentos, planejamento coerente ao perfil epidemiológico da população, bem como o uso do medicamento como um dos componentes terapêuticos, não podendo ser algo central na atenção em saúde prestada, não desvalorizando o acesso a práticas terapêuticas alternativas.

Um destaque importante se faz à necessidade de estabelecer mecanismos permanentes de **controle social** e escuta da população, fortalecendo as instâncias do controle social e os canais de interação com a pessoa usuária, com garantia de transparência e participação cidadã exercitados em espaços como as conferências, Conselho Municipal de Saúde, conselhos locais e gestores de saúde, ouvidorias, dentre outros.

RESUMO DAS PROPOSTAS PARA CONSTRUÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE DA SERRA (2022-2025)

No ano de 2021, conforme Portaria nº 171-R, de 29 de agosto de 2020, que dispôs sobre o mapeamento de risco para o estabelecimento de medidas qualificadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), não houve conferência municipal, mas sim a realização do 1º Webnar promovido pelo Conselho Municipal de Saúde, que discutiu os temas: “**O papel do conselho de saúde na construção do plano municipal de saúde**” e “**Perspectiva das necessidades em saúde pós-pandemia**”, visando o levantamento de propostas para a construção do Plano Municipal de Saúde 2022/2025. As propostas foram construídas por meio de consulta pública, onde 131 (cento e trinta e um) questionários foram analisados.

O texto abaixo consolida as propostas que foram elaboradas para a construção do Plano Municipal de Saúde 2022-2025, considerando os princípios constitucionais (CF/88, Leis 8.080/1990 e 8.142/1990) e o contexto da pandemia de COVID-19, que exigiu adaptações nas políticas de saúde.



Este documento reflete as demandas da população e deve orientar as discussões para um SUS fortalecido, humanizado e capaz de responder aos desafios atuais. Seguem propostas:

1. GESTÃO DEMOCRÁTICA E FORTALECIMENTO DO SUS

- Garantir os princípios do SUS como política pública universal, com controle social efetivo (Conselho Municipal de Saúde e conselhos locais fortalecidos).
- Implementar formação continuada para conselheiros e promover plenárias quadrimestrais.
- Reorganizar o organograma da Secretaria Municipal de Saúde (SESA), com definição clara de atribuições e qualificação da gestão.

2. ATENÇÃO PRIMÁRIA E EQUIDADE

- Ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF) para 100%, com concursos públicos para equipes multiprofissionais.
- Atualizar o mapeamento territorial, considerando vulnerabilidades e novos bairros.
- Promover saúde integral para grupos específicos (povos ciganos, população LGBTQIA+, negra, em situação de rua, pescadores e crianças/adolescentes acolhidos).

3. SAÚDE MENTAL E REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS)

- Implantar CAPS III (infantojuvenil e álcool/drogas) e melhorar a infraestrutura dos CAPS existentes.
- Ampliar equipes de saúde mental e garantir atendimento médico nos CAPS.
- Fortalecer políticas não asilares, baseadas em redução de danos e direitos humanos.

4. ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

- Ampliar estoque de medicamentos e orientar usuários sobre uso racional e descarte adequado.
- Promover campanhas educativas em escolas e comunidades.

5. TECNOLOGIA E ACESSO A SERVIÇOS

- Interligar prontuários eletrônicos e sistemas das UPAs.
- Implantar agendamento digital para consultas e exames, com transparência na regulação.
- Divulgar e ampliar o uso do ConectaSUS.

6. SAÚDE DO TRABALHADOR

- Reativar a Gerência de Saúde do Trabalhador e fortalecer a Comissão Intersetorial (CISTT).
- Implantar plano de cargos e carreiras para trabalhadores do SUS.

7. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

- Construir Centro de Referência em Reabilitação para pessoas com deficiência.
- Ampliar atendimento odontológico e serviços de urgência/emergência (UPAs e transporte sanitário).
- Manter parcerias com entidades (APAE, CAC, Cidade do Garoto) e aumentar os repasses.



8. TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

- Criar auditoria cidadã e ouvidoria em saúde.
- Agilizar processos de fiscalização e demandas da população.

RESUMO DAS PROPOSTAS MUNICIPAIS CONSTRUÍDAS NA ETAPA MUNICIPAL DA 10ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE E 17ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE: “GARANTIR DIREITOS E DEFENDER O SUS, A VIDA E A DEMOCRACIA – AMANHÃ VAI SER OUTRO DIA”

Ao avaliar a conjuntura de crise sanitária, humanitária e política, de ataques à democracia, à vida, aos direitos fundamentais e ao SUS, o Conselho Municipal de Saúde da Serra compreendeu que a realização da Etapa Municipal da 10ª Conferência Estadual e 17ª Conferência Nacional de Saúde ocorrida no município no ano de 2023, configurou-se como um movimento de resistência e retomada da participação popular ampliada, já que a sociedade civil foi convocada às reflexões, discussões e produção de um conjunto de propostas, aprovadas pela Plenária e encaminhadas à gestão municipal. São elas:

1. Garantir o número mínimo de profissionais nos equipamentos de saúde pública com a devida estrutura, atendendo às portarias municipais.
2. Cumprimento das leis municipais de saúde, em especial o dia 19 de março (dia da doença falciforme);
3. Permanência de médicos, em especial, pediatra, ginecologista e clínico geral nas unidades; ampliar a capacitação de agentes de saúde para atendimento da população, fortalecendo a atenção primária em saúde;
4. Contratação de profissional psiquiatra nos CAPS (infantil, adulto e AD);
5. Investimento e fortalecimento da atenção primária tendo em vista a parte curativa, e não preventiva;
6. Fortalecimento da atenção básica com estruturação predial, tecnológica, educação continuada e recursos humanos;
7. Municipalização da responsabilidade de especialidades, fornecendo resposta aos usuários após inseridos ao sistema do município;
8. Capacitar e remunerar mães que desejam assistência a crianças com necessidades especiais;



9. Fortalecimento da atenção básica e sua integração com a vigilância em saúde no enfrentamento das doenças epidêmicas;
10. Implementar e instalar o ambulatório de hormonioterapia para atender pessoas transexuais e travestis de acordo com as diretrizes específicas a esse atendimento e instituir a referência técnica para a saúde de pessoas lgbti+;
11. Ampliação das equipes de saúde mental, com previsão de formação continuada para que a atenção primária acolha e preste assistência em saúde mental nas UBS;
12. Ampliação das equipes de consultório na rua, garantindo equipes completas, para atender todo o território municipal;
13. Ampliação do acesso a rede de saúde da mulher além da adesão ao programa de proteção à saúde menstrual e prioridade ao planejamento familiar e a saúde da adolescente, com acesso a prevenção a gravidez na adolescência e atenção às mulheres negras;
14. Ampliar as equipes de saúde através de concurso público na estratégia da família ou na atenção primária;
15. Acessibilidade - Reformar a estrutura física das instituições de saúde visando a acessibilidade de pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida, conforme preconizado em legislação vigente;
16. Instituir formação permanente em libras para os servidores;
17. Reformulação da estrutura administrativa, prevendo a função de referência técnica e instituir gratificação;
18. Revisão do processo de agendamento online devolvendo o acesso ao público prioritário para o sus, que sejam garantidas vagas de manejo interno das equipes aps e que haja progressão para um modelo pró-ativo de agendamento.

Serra, 24 de Junho de 2025